

RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2014

2 **Data**: 12 de dezembro de 2014

3 Horário: 08h00 (recepção) – 8h30min (primeira convocação) e 9h00 (em segunda convocação)

4 Local: Avenida Paulista, 1776 - 2° andar – São Paulo – SP

5 Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

6 Segmento Estado:

1

- Rui Brasil Assis, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos SSRH;
- Amauri Pollachi, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos SSRH;
- Seica Ono, Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE;
- Ruy Waldemar Sellmer, Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE;
- Carlos Eduardo G Nascimento, Empresa Metropolitana de Águas e Energia EMAE
- Marcel Oliveira Bataiero, Secretaria da Saúde SS;
- Gilson Gonçalves, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo CETESB;
- Claudete Marta Hahn, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal FF;
- Laura Stela Naliato Perez, Secretaria do Meio Ambiente SMA;
- Silvana Maria Franco Margatho, Secretaria da Agricultura e Abastecimento SAA;
- Elizeu Passolongo, Secretaria Estadual de Educação SE;
- 2° Tem Jefferson Alexsandro Smario, Casa Militar Coordenadoria Est. Da Defesa Civil;
- Claudia Helena Leite, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano EMPLASA e
- Gerson Salviano Almeida Filho, Instituto de Pesquisas Tecnológicas IPT.

21 Segmento Municípios:

- Harmi Takiya, São Paulo;
- João Carlos P. Ramos, Embu das Artes;
- Antônio Carlos Nery Pinho, Mairiporã;
- Romeu Batista Pereira Lemos, Guarulhos;
- Julio Lamarca, Santana de Parnaíba;
- André da Costa Saraiva, Mogi das Cruzes;
- Carlos Marx Alves, Osasco;
- Magner Dantas da Silva, Santo André;
- João Ricardo Guimarães Caetano, São Bernardo do Campo; e
- José Soares Marcondes, Embu-Guaçu.

32 Segmento Sociedade Civil:

- Silene Bueno de Godoy Purificação, SENAC;
- Edésio Gersel Brancatti Rocca, SENAI;
- José Roberto Kachel, Universidade de Mogi das Cruzes;
- Ronaldo Sérgio Vasques, FIESP;
- Irina Freire Pereira, CIESP Santo André;
- Francisco de Assis Ramalho Além, CIESP São Paulo;
- Hilmann Carlos Henrique, CIESP Cotia;
- César Kenzo Watanabe, Sindicato Rural de Mogi das Cruzes;



- Cristiane Lima Cortez, FECOMERCIO São Paulo;
- Dario Sanchez, CIESP Diadema;
- José Roberto Terassi, Associação Comercial, Industrial e Serviços de Embu ACISE;
- Luciomar Santos Werneck, Associação Brasileira de Eng. Sanitária e Ambiental ABES;
- Francisca Adalgisa da Silva, Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp APU;
- Carlos Alberto Pinheiro de Souza, Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo SASP;
- Maria Del Carmen Adsuara, Assoc. Bandeirante dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de
 Santana de Parnaíba ABEAA; e
 - Gilmar Cícero Altamirano, Associação Universidade da Água UNIÁGUA.

50 Convidados Permanentes:

49

- Álvaro Diogo Sobral Teixeira, FATEC; e
- Dr. Ricardo Manuel Castro, Ministério Público de São Paulo.

53 Ausências justificadas:

- Marco Aurélio Bertaiolli, Prefeito de Mogi das Cruzes;
- José Arraes, BIOBRÁS;
- Marcelo Poci Bandeira, Secretaria de Logística e Transportes;
- Representantes da SABESP;
- Luiz Osório Valentim, Secretaria da Saúde;
- Representantes da Secretaria da Habitação; e
- Luiz Henrique R. Zanetta, Guarulhos.
- 1. Abertura: O Vice Presidente do CBH-AT, Sr. Francisco Além, abriu a reunião às 9h30min, em 61 segunda chamada, após constatar a existência de quórum. Cumprimentou a todos e justificou a 62 ausência do Presidente do CBH-AT, Francisco Nascimento de Brito devido a outros compromissos 63 64 particulares. Sr. Rui Brasil, Secretário CBH-AT, informou que na segunda parte da reunião haverá um evento comemorativo pelos 20 anos do Comitê e serão homenageados os ex dirigentes do 65 CBH-AT. 2. Leitura, discussão e votação da Ata da 4ª Reunião Extraordinária de 2014, de 66 23/09/2014: Inserido o nome de Laura Stela Perez (SMA) e foi aprovada sem nenhuma abstenção. 67 3. Leitura, discussão e votação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária de 2014, de 03/10/2014: 68 Sr. Carlos Alberto (SASP) solicitou que colocasse sua "fala" na íntegra. Sr. Gilson Guimarães 69 (CETESB) lembrou que esta ata é apenas uma síntese do que foi discutido e deliberado nas 70 reuniões e que a íntegra das discussões é arquivada na Secretaria Executiva - SE. Ficou acordado 71 72 de o Sr. Carlos enviar à SE a complementação de sua fala para a ata. A Ata foi aprovada com duas abstenções. 4. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia: Sr. Rui Brasil (SSRH) informou que 73 o expediente será encaminhando por e-mail pela Secretaria Executiva devido o site do SIGRH estar 74 75 em manutenção. Convidou o Sr. Amauri Pollachi (SSRH e Coordenador do GT Leis de Mananciais) para apresentar as comunicações sobre a revisão das Leis Guarapiranga e Billings. 4.1. 76 Comunicações - Revisão/Situação das Leis de Mananciais: Sr. Amauri Pollachi informou que a 77 revisão de ambas as Leis foi concluída pelo GT Leis de Mananciais em outubro/2014. Com relação 78 a Lei da Guarapiranga, as propostas de alteração alcançam mais de 50% dos seus dispositivos, ou 79 seja, mais da metade da Lei seria objeto de alteração, inserção, revogação ou substituição. No caso 80 da Lei da Billings, a dimensão das alterações seria ainda maior, com proposta de revisão de 431 81 82 dispositivos dos 628 existentes, isto é, cerca de 70% dos dispositivos. Assim, se todas as propostas forem acatadas, não seria tão somente uma simples proposta de revisão, mas sim a proposição de 83



uma nova Lei. Sr. Amauri sugeriu dois encaminhamentos para atuação já no início de 2015: i) obter a uniformização de procedimentos e regulamentos por parte do Estado e Municípios; e ii) avaliar os impactos que algumas alterações sugeridas na revisão dessas duas Leis causam na Lei 9.866/1997 e, consequentemente, trabalhar para revisão dos dispositivos dessa última. Sobre o Anteprojeto da APRM do Alto Tietê Cabeceiras, informou que foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo e também pelo Comitê da Baixada Santista. Com a aprovação nessas instâncias, o CRH poderá concluir uma deliberação ad referendum que permitirá o encaminhamento do projeto da SSRH para a Casa Civil no início de 2015. Sugeriu criar uma gestão compartilhada desta futura área de Proteção e Recuperação das Leis de Mananciais entre os dois Comitês de Bacias: Alto Tietê e Baixada Santista. Quanto ao Projeto de Lei 272, relativo à APRM do Alto Juqueri, informou que foi aprovado o substitutivo na Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa em 05/11/2014, que aperfeiçoa instrumentos das Leis Guarapiranga e Billings. Agora entra em fase final de tramitação para o Plenário da Assembleia. 4.2. GT para Estruturação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico: Informou que o trabalho do GT foi encerrado e a minuta de Deliberação está concluída, contendo atribuição, composição e sugestão de plano de trabalho inicial para a futura CTMH. A Deliberação não entrou em pauta nesta reunião, pois a composição proposta pelo GT espelhou-se na composição da bem sucedida CTMH-PCJ, que, contudo, não atende ao estabelecido no Estatuto do CBH-AT. Assim, será necessária uma pequena alteração no Estatuto para que a Câmara tenha uma composição formada por entidades técnicas e principais usuários. Estes ajustes serão encaminhados para a próxima reunião plenária. 4.3. Acompanhamento dos Licenciamentos Ambientais: Sr. Darcy Brega (Coordenador do GT Consultas Ambientais), comentou brevemente sobre o empreendimento Sistema Produtor São Lourenço e concluiu que não há objeções para prosseguimento do licenciamento e que foi solicitado ao empreendedor para apresentar ao CBH-AT relatórios anuais com a descrição do andamento da execução dos programas ambientais, com ênfase para as obras de saneamento básico. Sobre o Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas Informou que irá continuar com o acompanhamento devido às informações fornecidas pela Dersa não serem suficientes para verificar o atendimento às recomendações da Biosfera do Cinturão Verde. 4.4. Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: Sr. Francisco Piza (FABHAT), informou que duas empresas entraram com recursos no Tribunal de Contas do Estado, solicitando a suspensão da contratação devido a exigências na parte financeira e pontuação da parte técnica. Após atendidas as orientações do TCE, o Edital será novamente lançado até o final do mês. Sobre a a cobrança pelo uso da água, informou que foram arrecadados R\$ 14 milhões até o momento, porém, como a Agência não pode utilizar ainda os recursos financeiros devido à não aprovação de todas as leis de APRM, a FABHAT está com problemas financeiros. 4.5. Plano de Trabalho CBH-AT: Sr. Rui Brasil (SSRH) informou que o Comitê tem um plano de trabalho aprovado e que uma das ações atribuía à CTPA avaliar a indicação do Presidente da FABHAT pelo Comitê. A CTPA discutiu o assunto e encaminhou solução mediante a contratação de uma empresa de seleção e recrutamento. A forma de contratação está estabelecida no Termo de Referência, que estará aberto para sugestões de todos os componentes do Comitê a partir desta reunião. A direção do Comitê consolidará as sugestões apresentadas e elaborará uma minuta de Deliberação para a próxima reunião. 4.6. Reunião Plenária de 04/10/2014: Sr. Rui Brasil esclareceu, de acordo com o registrado na ata da última reunião, que o Sr. Vicente Andreu (Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA) afirmou que o Sr. Rui Brasil nunca havia sido representante do Comitê no GTAG, mas, sim um Assessor do Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos. Rui Brasil (SSRH) informou que, conhecendo bem os técnicos da ANA, com os quais eram divididas as responsabilidades, tal afirmação não poderia ter saído de nenhum deles e concluiu informando que tanto o Plenário como a Diretoria do CBH-AT tinham conhecimento de que

84

85

8687

88

89

90

91 92

93

94

95

96 97

98

99

100 101

102103

104

105

106 107

108

109

110

111

112113

114

115116

117

118

119

120

121122

123

124

125

126 127

128

129



eram trazidas por ele todas as informações que eram discutidas no GTAG. 5. Assuntos a Deliberar: 5.1. Deliberação nº 15/2014: Aprova manifestação à Cetesb sobre o EIA/RIMA do Loteamento Paiva Ramos. Darcy Brega (Coordenador do GT Consultas Ambientais) comentou brevemente que se trata de um empreendimento de grande porte, que prevê a instalação de um parque ecológico, entre suas particularidades e passou à leitura das recomendações, conforme está descrito no Parecer Técnico. Aberto para as intervenções, Sr. Gilson Guimarães (CETESB) questionou se o empreendimento poderia de fato ter acesso à ao Rodoanel, por ser uma rodovia de classe 0. Concluiu-se em remover este item da lista de recomendações. A Deliberação foi aprovada sem nenhuma abstenção ou recusa. 5.2. Deliberação nº 16/2014: Aprova o Relatório de Situação dos Recursos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê 2014, ano base 2013. Francisco Piza (FABHAT) apresentou brevemente o Relatório, destacando informações sobre a caracterização geral da bacia, áreas de mananciais, principais rios, reservatórios e aquíferos, a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, indicadores, IDH (índice de desenvolvimento urbano), índice de atendimento urbano de água, índice de perdas no sistema de distribuição de água, índice de atendimento em redes de esgoto, carga orgânica poluidora doméstica, visão geral dos esgotos etc. Ressaltou que uma das preocupações para a bacia é a alta taxa de crescimento populacional em municípios que possuem áreas de mananciais. Concluiu que o Relatório evidencia a complexidade das demandas pelo uso da água, indica a necessidade de importação de novos recursos hídricos, além de estruturas hidráulicas. A poluição das águas e as inundações sazonais são eventos que mostram a situação crítica das águas da bacia e cabe ao Comitê acompanhar e apoiar os programas e projetos dos municípios e órgãos do estado. Aberto às intervenções, Sr. Gilmar Altamirano (UNIAGUA) informou que tem acompanhado este trabalho e parabenizou a apresentação sugerindo que tais informações sejam divulgadas na mídia para que outras pessoas tenham conhecimento e não somente o Plenário. Sra. Cristiane Cortez (Fecomercio) questionou se os dados sobre precipitação média não poderiam ser mais recentes, já que os informados são referentes a 2002. Francisco Piza informou que existem dados mais recentes, porém, a FABHAT não tem estrutura para fazer análise mais completa dos dados mais recentes. Rui Brasil (SSRH) informou que o objetivo deste trabalho é passar para a sociedade a real situação e que será divulgado. Sr. João Ricardo (São Bernardo do Campo) propôs ao Comitê elaborar uma estratégia de divulgação deste Relatório envolvendo as universidades, por exemplo. Francisco Além (CIESP São Paulo) informou que as intervenções serão levadas à diretoria do Comitê para serem discutidas. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. 5.3. Deliberação nº 17/2014: Aprova proposta de ações para gestão da demanda: Rui Brasil (SSRH) informou que a Deliberação é o primeiro produto do Grupo Técnico de Gestão da Demanda. A proposta foi enviada pelo GT-GD à Diretoria do Comitê e adaptada para o formato de Deliberação, com dois artigos, sendo que o 1º retrata todo o processo de discussão e de encaminhamentos feitos pelo grupo, em termos de solicitações e recomendações que o Comitê fará a várias entidades do poder público e da iniciativa privada, tais como: municípios, governo estadual, órgãos gestores, conselhos, ABNT, operadores de saneamento etc. No artigo 2ª, designa ao Grupo Técnico de Gestão da Demanda e missão de apoiar o desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação, pela Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT, de consultoria especializada com o objetivo de elaborar os documentos técnicos necessários à indicação pelo CBH-AT, por demanda induzida, no exercício de 2015, de empreendimento a ser apoiado pelo FEHIDRO e de forma a contemplar atividades de uso racional da água (descritas na íntegra na deliberação). Cristiane Cortez (Fecomercio e Coordenadora do GT-GD) elogiou a Deliberação e informou que o Grupo foi criado em julho e desde então tem se reunido a cada quinze dias e que houve satisfação em todo trabalho que tem sido realizado. Aberto às intervenções, Sr. Gilmar Altamirano (UNIAGUA) sugeriu que a ANA é quem

131

132

133

134

135

136

137

138139

140

141

142

143144

145

146

147

148

149150

151

152

153

154

155

156157

158

159

160

161

162163

164

165

166 167

168

169

170

171

172173

174

175

176



deveria fazer a campanha de uso racional de água e não as concessionárias. Rui Brasil (SSRH) informou que interessa sim a todos os operadores a existência da matéria prima, e isto já é feito com o Secovi, e o que está sendo pedido na Deliberação é o relatório dos resultados e informou que o Comitê não tem que fazer recomendações à ANA, pois a mesma não tem competência na área de atuação do Comitê. Claudete Hahn (Fundação Florestal) propôs dois adendos: (i) no artigo 1°, nos itens 7 e 8, que sejam acrescentados para os Operadores de Saneamento alocarem recursos e estruturarem programas para a redução de perdas do sistema. Sr. Rui Brasil esclareceu que o primeiro trabalho do Grupo foi ações para reduzir o consumo, do hidrômetro para "dentro" do consumidor, e que a partir de agora se debruçará em ações para o sistema de água. Sra. Claudete então solicitou postergar a aprovação da deliberação até que o segundo trabalho do Grupo seja concluído, pois dá uma falsa ideia de que o Comitê está preocupado somente com o consumidor final, quando há muitas perdas no sistema antes de chegar no consumidor final. (ii) a sua segunda consideração, para o artigo 2ª, acrescentar uma proposição de recurso de demanda induzida para uma estruturação de programa de pagamentos por serviços ambientais para fomentar a produção de água e recuperação de mata ciliar. Sr. João Ricardo (São Bernardo do Campo) propôs uma recomendação imediata e mais clara do Comitê, em decorrente da atual crise hídrica, de uma campanha de comunicação social e pública sobre o uso racional de água pelo consumidor, pois, de acordo com ele, as campanhas de comunicação da Sabesp e Governo do Estado não retratam ao consumidor a atual situação. Sr. Carlos (SASP) sugeriu complementar com ações de fiscalização integrada e educação ambiental. Rui Brasil (SSRH) informou que o Comitê deve aprovar sim esta Deliberação por ter sido um trabalho extenso e que foi reconhecido por todos. Primeiramente foi feita uma votação para verificar se a Deliberação iria entrar em votação ou não. Consultado o plenário foi aprovado que a Deliberação seria votada, anotando-se 4 votos contra e 2 abstenções. Rui Brasil (SSRH) solicitou ao Sr. João Ricardo (São Bernardo do Campo) e a Sra. Francisca Adalgisa (APU) que elaborassem uma proposta de redação para a emenda. Rui Brasil leu a emenda, que será a alínea "e" do inciso II do artigo 1°: "Estruturar e veicular campanha de comunicação social, com a urgência possível, direcionada ao grande público, alertando de forma incisiva para a situação crítica dos reservatórios e suas consequências sociais e econômicas, estimulando a redução do uso da água." A Deliberação foi aprovada com 1 voto contra e 3 abstenções. 5.4. Deliberação nº 18/2014: Revoga a Deliberação CBH-AT nº 11, de 05 de novembro de 2008. Sr. Amauri Pollachi (SSRH) informou que em 2008, por força da Lei da APRM-G, o CBH-AT fez uma delegação de atribuições ao Subcomitê Cotia-Guarapiranga para atender todas as análises de compensações ambientais e de empreendimentos de impactos mais significativos na APRM-G. Explicou que de acordo com Estatuto vigente do CBH-AT, de 2013, o Subcomitê não é uma instância deliberativa. Portanto, a deliberação ora proposta revoga Deliberação de 2008, para que as avaliações para regularização, licenciamento, compensação e qualquer outro impacto significativo dentro da área da APRM Guarapiranga, sejam avaliadas de maneira conjunta pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CTPA, que engloba o GT Consultas Ambientais, com o Subcomitê Cotia-Guarapiranga. Por extensão, todos os empreendimentos que tiverem algum impacto dentro da área de atuação de algum Subcomitê, a CTPA deverá convidar o respectivo Subcomitê para se manifestar. Aberto às intervenções, Sr. Carlos (SASP) colocou-se contra esta revogação pois percebe um sufocamento dos Subcomitês e solicitou ao Comitê do Alto Tietê para que dê mais força e estrutura aos Subcomitês. Sr. Amauri Pollachi (SSRH) explicou novamente que os Subcomitês não necessitam desta força e estrutura por não ser uma instância deliberativa e informou que a proposta apresentada é um ajuste conforme o Estatuto fazendo com que haja uma dinâmica maior. A deliberação foi aprovada com 4 abstenções. 5.5. Deliberação nº 19/2014: Aprova o calendário eleitoral para o mandato 2015-

178

179

180 181

182

183

184

185 186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196 197

198

199

200

201

202

203204

205

206

207208

209210

211

212

213

214

215

216

217

218219

220

221

222

223



2017 e dá outras providências: Rui Brasil (SSRH) informou que as entidades já cadastradas não precisarão apresentar toda a documentação novamente, apenas a ficha de atualização cadastral e a ata da eleição da última diretoria. Apresentou brevemente o calendário eleitoral. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. 6. Outros Assuntos - 6.1. João Ricardo (São Bernardo do Campo) solicitou ajuda do Comitê no sentido da aprovação do projeto de educação ambiental, indicado pelo Comitê em 2014 para tomar recursos do FEHIDRO, cujo tomador é o Consórcio do Grande ABC, e que foi reprovado pelo agente técnico CEA, que alegou que o projeto não se enquadra nos programas de Educação Ambiental. O projeto prevê a sinalização da represa Billings, através de placas, no intuito de alertar à população que está em uma área de manancial e a importância de preservá-lo. Rui Brasil (SSRH) fez um apelo aos representantes da Secretaria do Meio Ambiente para que possam levar ao Secretário de Estado esta preocupação e, caso não seja possível, o Comitê tentará redirecionar esse projeto a outro agente técnico. 6.2. Encaminhamentos: Rui Brasil (SSRH) informou que será encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação, em conjunto com a Câmara Técnica de Gestão de Investimentos e os coordenadores dos Subcomitês, que proponha, até 12/02/2015, os empreendimentos do Comitê a serem indicados em 2015 como demanda induzida. A Diretoria também fará uma proposta de revisão pontual do Estatuto, que será apresentada na próxima reunião, para ser votada na reunião seguinte. Como não houve outra intervenção, o Vice-Presidente finalizou a primeira parte da reunião. 2ª Parte - Evento comemorativo pelos 20 anos do CBH-AT: O evento contou com a participação dos representantes atuais e das diretorias anteriores, desde a instalação do Comitê. Sra. Beatriz Gonçalves (Secretaria Executiva) apresentou brevemente o novo site do Comitê, mostrando suas funcionalidades e facilidades e informando que ainda passa por ajustes, com previsão de estar disponível a partir de janeiro/2015. Rui Brasil (SSRH) apresentou a revista referente à comemoração dos 20 anos do CBH-AT, que traz matérias sobre os empreendimentos FEHIDRO, o avanço das Leis de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRM, Planos da Bacia, desafios enfrentados pelo Comitê, entrevistas com alguns ex-dirigentes, dentre outros assuntos. Sr. Walter Tesch (Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo) parabenizou o Comitê Alto Tietê, que, juntamente com o PCJ, foi um dos primeiros Comitês criados, a partir da Lei 7.663/1991. O Comitê homenageou com um troféu, no qual foi reproduzido o mapa da Bacia do Alto Tietê, a atual diretoria e as anteriores, além de pessoas que contribuem com o debate sobre o gerenciamento dos recursos hídricos na região do Alto Tietê e no Estado de São Paulo. Esta ata constitui o resumo dos registros magnéticos da gravação da íntegra da reunião e foi elaborada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.

225

226

227

228

229

230

231232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246247

248

249

250

251

252

253

254

255